



EDUCAÇÃO INCLUSIVA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Ticianilde Alves de Sousa Santos¹

Josefa de Souza Oliveira Caldas²

Maria Leudina Dias Silva³

Rosangela Gomes de Sena⁴

Márcia de Oliveira Abreu⁵

RESUMO

Há pontos importantes ressaltados sobre o tema: o primeiro é que as desigualdades raciais não se devem apenas a fatores socioeconômicos. É preciso reconhecer com todas as letras que há sim racismo, há um preconceito incorporado em várias práticas educativas, e isso impacta mais alunos pretos do que pardos. Os professores adotam atitudes que reforçam a desigualdade muitas vezes por pouca reflexão e não de forma intencional. É importante conscientizarmos os educadores dos problemas de nos basearmos em estereótipos nas ações do dia-a-dia e da importância de darmos valor às diferenças.” Assim, além de uma análise profunda dos dados, conhecer os aspectos históricos do Brasil é fundamental para compreender a origem e os motivos da perpetuação da desigualdade racial na educação do nosso país.

Palavras-chave: Desigualdades Raciais, Inclusão da Pessoa com Deficiência, Fatores socioeconômicos.

ABSTRACT

There are important points highlighted on the subject: the first is that racial inequalities are not only due to socioeconomic factors. It is necessary to recognize in no uncertain terms that racism does exist, that there is prejudice embedded in various educational practices, and this impacts black students more than brown students. Teachers adopt attitudes that reinforce inequality often due to little reflection and not intentionally. It is important to make educators aware of the problems of basing ourselves on stereotypes in our daily actions and of the importance of valuing differences.” Thus, in addition to an in-depth analysis of the data, knowing the historical aspects of Brazil is essential to understanding the origin and reasons for the perpetuation of racial inequality in education in our country.

Keywords: Racial Inequalities, Inclusion of People with Disabilities, Socioeconomic Factors.

¹Ticianilde Alves de Sousa Santos, Formada em Licenciatura em Química no IFMA; Nutrição Universidade Guarauapes Recife; Pós Graduada em Gestão da Qualidade e Segurança Alimentar; Mestrando em Ciências da Educação da world University Ecumenical – WUE– email: ticianenutri@outlook.com

²Josefa de Souza Oliveira Caldas, Mestrando em Ciências da Educação da world University Ecumenical – WUE – email: josefaoliveiracaldas@gmail.com

³Maria Leudina Dias Silva, Mestrando em Ciências da Educação da world University Ecumenical – WUE – email: leudinad@gmail.com

⁴Rosangela Gomes de Sena, Mestrando em Ciências da Educação da world University Ecumenical – WUE – email:zansags@hotmail.com

⁵Márcia de Oliveira Abreu -World University Ecumenical /WUE – email:marcia2015julio@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo coloca em evidência a necessidade da intersecção da educação inclusiva com a questão étnico-racial a fim de promover o debate sobre os desafios do processo de inclusão da pessoa negra com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) no âmbito da educação básica. Para tanto, têm-se como referência os dispositivos legais que apresentam as diretrizes do tratamento de tais questões, em especial a Lei nº13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) e a Lei nº12.288/2010 – Lei do Estatuto da Igualdade Racial; fazendo uso também, do histórico dos dispositivos que ratificam essas, regulamentando e garantindo a dignidade da pessoa humana sem distinção de qualquer espécie, conforme previsto pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (ALEXIA S. FREITAS; GABRIELY L. GROSSI; EMERSON C. MELO 2022)

É fundamental pontuar ainda que a educação para relações étnico-raciais é uma obrigatoriedade legal, logo, cabe a todas/os docentes, independentemente da sua identidade racial, cumprir com as determinações impostas pela legislação. Entretanto há indícios de que o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana tem sido realizado predominantemente por docentes negras/os . Historicamente o Movimento Negro tem reivindicado não apenas o acesso à educação formal pela população negra, mas também o reconhecimento da importância de mulheres negras e homens negros para formação histórica, social, econômica, política e cultural do nosso país. Contudo, apesar de algumas conquistas pontuais ao longo da segunda metade do século XX,³ apenas em 2003 esse reconhecimento se transformou em obrigatoriedade, a partir da promulgação da Lei Federal n. 10.639, de 9 de janeiro, que alterou a Lei de Diretrizes e ensino, sejam públicos ou privados, incluam, obrigatoriamente, o ensino da história e cultura afro-brasileira. Bases da Educação Nacional (LDB) ao determinar que o currículo oficial dos estabelecimentos de (FABIANA C. LUZ. 2023)

Com isso o campo da educação para as relações étnico-raciais tem possibilitado reflexão sobre a democratização das práticas educativas e a inclusão de conteúdos historicamente silenciados que oportunizem aos alunos negros se reconhecerem na cultura nacional, tendo acesso ao estudo sobre suas origens e sobre as lutas e riquezas dos povos africanos. Isso faz com que a rejeição sofrida por esses alunos, que acaba por afetar sua autoestima, seja combatida através da valorização da diversidade (CARLOS G. S. SANTOS; JOSÉ V. J.SANTANA. 2022)

2 REVISÃO DA LIERATURA

2.1 PENSAMENTO RACIAL BRASILEIRO E AS DESIGUALDADES ÉTNICOS-RACIAIS.

Os africanos escravizados no Brasil não eram considerados humanos, pois acreditavase que os mesmos não tinham alma; sendo assim o colonizador os comparavam com as máquinas. Com a abolição, deu-se mais valor ao negro recém liberto e ao seu lugar na sociedade. Com os escritos de Nina Rodrigues começaram a estudar a raça, a cultura e a origem desses grupos; pois outrora, eram vistos como problemas na sociedade. Nina Rodrigues defendia que o cruzamento das raças resultaria em degradação para o Brasil, sendo assim; o problema do negro não seria solucionando com a mistura racial, já que o mestiço teria sangue negro. As características raciais inatas afetam o comportamento social, aos negros e índios deveriam atribuir-lhe responsabilidade penal e aplicados um código penal diferente da raça humana (MUNGANGA, 2008,pg 53).

Gilberto Freire baseado no culturalismo diferencia a raça e cultura, e aponta aos grupos negros um nível cultural avançado superando alguns colonizadores, pois aponta pra relações raciais amistosas, enquanto isso; Abdias do Nascimento, mostra o mestiço como intermediário entre o negro e o branco; ainda ressalta que o projeto da mestiçagem teve existo por parte dos colonizadores; quando as mulheres negras eram violentadas por homens brancos. A defesa da democracia racial permitiu ao Brasil projetos em paraíso racial, de boa convivência inter-racial; nessa manipulação o País continuou com o extermínio das pessoas e culturas africanas.

Foi com a vinda dos imigrantes que o pais usou outra estratégia; o genocídio; com trabalho educativo, dos órgãos de poder, das mídias e das produções literárias promoveu-se a exaltação da Europa e dos Estados Unidos e o silenciamento da história e cultura da África, assim, promoveria uma aculturação e assimilação, apagando a herança cultural africana, forçando a uma cultura básica e essencial do Brasil. A UNESCO patrocinou pesquisas mostrando a inserção do negro na sociedade e sua ascensão social. Segundo Abadias, com a abolição, os libertos foram jogados nas ruas; sem emprego, sem renda, sem moradia e sem alimento; vivam na pobreza e miséria, em mocambos, nas favelas e áreas periféricas expostos a fome e a violência; com a aprovação da Lei Afonso Arimos proibia a discriminação racial . Nascimento diz que, somava-se a toda essa discriminação dificuldades de acesso a educação ausência nas decisões do país e demais exclusões; nos anos 1970, na ditadura miliar destacava-se a coesão entre os negros e evidenciava-se a diferença permitindo ver as desigualdades e

possibilitando a quebra de homogeneidade da mestiçagem. Gomes declara que é preciso combater o racismo de forma explícita numa postura política, o movimento negro no Brasil promoveu ações que declaravam a situação do negro, sobre a raça e transformação social. Ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, trás indagações, ressignifica a realidade social; desse modo, promove-se um movimento educador.

A questão do negro brasileiro é um tema complexo e doloroso que remete a história da escravidão e das desigualdades raciais no Brasil. Durante o período colonial, milhões de africanos foram trazidos para o país como escravizados, enfrentando condições desumanas e exploração brutal. E mesmo após a abolição da escravatura os negros continuam a enfrentar muitos obstáculos que lhes impedem de várias coisas. Há uma necessidade enorme em se pensar nas questões raciais brasileiras assim como nas desigualdades étnico-raciais, pois são questões enraizadas na sociedade brasileira, para que possa ser analisada e de alguma forma seja possível uma intervenção na real superação desse problema tão presente na vida de cada descendente de escravizados.

Muitas são as heranças negativas da escravidão no Brasil, pois ao longo dos anos ainda perdura muitas questões sobre racismo marcando claramente a desigualdade social existente ainda em pleno século 21, quando o assunto está relacionado a questões étnico-raciais mesmo após mais de cem anos de abolição ainda é possível perceber que essa estrutura ainda existe entre nossa sociedade. O pensamento aqui relacionado demonstrado nas ideias e nas práticas discriminatórias e preconceituosas, se baseiam na origem étnica, um pensamento histórico e cultural que vem desde a escravidão e ficou entranhado durante todo o tempo, então o racismo nunca deixou de existir, apenas houve uma nova configuração e manifestando-se de diferentes maneiras, violência, desigualdade e exclusão. O negro entre os grupos étnico-raciais são os mais pobres e com menor nível de escolaridade, os que mais morrem assassinados, as maiores vítimas de violência policial, onde sempre o negro é visto como o bandido, passando por tantas discriminações, devido sua cor.

O negro passa por diversos tipos de desigualdades sociais os mais variados possíveis, na questão do desemprego o negro tem mais dificuldade para entrar no mercado de trabalho, as questões de salários são mais baixos, o acesso a saúde e a educação é bastante desigual, suas moradias são as piores, a escolaridade não são boas, a população negra sofre com a violência policial, é uma população marginalizada em que convivem na faixa da extrema pobreza habitando em locais distantes da cidade, as políticas públicas não são suficientes para atender a população negra, que ocupa poucos espaços em representações políticas.

Muito escritores no Brasil tem escrito sobre a questão do negro em nosso país, entre eles Abadias do Nascimento, importante ressaltar que o escritor aqui citado foi um ativista político e intelectual que denunciou a opressão racial e defendeu a valorização da cultura afro-brasileira, sendo considerado um dos pioneiros do movimento antirracista no Brasil. Abadias defende temas como, a valorização da identidade e cultura afro-brasileiras, a reparação histórica para a população negra, políticas afirmativas, como cotas raciais, inclusão da história da África e da cultura negra nos currículos escolares, entre outros temas. Para falar um pouco mais sobre a relação do negro e o sertão brasileiro, poderíamos dizer que há uma forte relação com a história da colonização da escravidão e das dinâmicas sociais que se desenvolveram ao longo do tempo. A região do sertão foi onde aconteceu as áreas de exploração durante o período colonial e, posteriormente, na formação do país. Com a expansão da fronteira agrícola e ciclo do ouro, muitos negros escravizados foram levados para trabalhar no sertão, sendo usados em diversas atividades, como agricultura, mineração, construção de cidades e estradas. Diante de tanta exploração muitos negros começaram a resistir a essas situações desumanas, uma resistência que o levavam a fugirem das fazendas, por não aguentarem tanto sofrimento. Os negros que fugiam se refugiavam em uma comunidade chamada de quilombolas, esses negros que fugiam tentavam preservar sua cultura, pois seu povo estava cada vez mais morrendo diante de tantos maus tratos na escravidão e da exploração.

É sobre a verdadeira realidade antes, durante e após a escravidão que Abdias do Nascimento escreve em seu livro “ O genocídio do negro brasileiro”. Ele argumenta que o racismo no Brasil não é apenas uma questão de discriminação individual, mas sim um fenômeno estrutural que se manifesta em diferentes esferas da sociedade. Utilizando assim o termo genocídio descrevendo a forma sistemática pela qual a população negra é desvalorizada e marginalizada. Abdias deixa claro a importância da conscientização e também da mobilização no enfrentamento contra o racismo, sendo um grande defensor dos direitos civis, promovendo ainda a valorização da cultura afro-brasileira tão presente em nossa sociedade.

A leitura da obra de Abdias aqui citada é de grande importância para uma reflexão sobre vários problemas enfrentados pela população negra, desde as injustiças sociais, as reivindicações pela igualdade, o reconhecimento dos direitos humanos. Quando temos acesso a uma leitura desse nível percebemos o quanto o negro é desvalorizado em diferentes situações, e que de fato há uma necessidade de haver uma preocupação maior para com o povo negro que foi tão prejudicado com a escravidão e a exploração desde o início até os dias atuais. É preciso corrigir toda esse sofrimento pelo qual o negro passou, pensar em políticas públicas voltadas

especialmente para eles, dando-lhes assistência total para que possam de fato serem reconhecidos perante a lei, pois desse povo foi tirado todas as oportunidades, perderam seus direitos, sua pátria, suas famílias. O Brasil tem sim uma grande dívida com esse povo, muitas delas impagáveis, então nada de fechar os olhos, de fazer de conta, mas sim fazer valer cada direito, uma reparação, uma retratação social em todos os aspectos de sua vida, é o mínimo que pode ser feito. (CARLOS G. S. SANTOS; JOSÉ V. J.SANTANA. 2022)

2.2 Das lutas por uma educação antirracista: da garantia de acesso às ações afirmativas

A luta por uma educação antirracista no Brasil é um processo histórico complexo, intrinsecamente ligado à própria formação do país e à persistência de desigualdades raciais estruturais. Desde a abolição da escravidão, a população negra tem enfrentado barreiras significativas no acesso à educação de qualidade, perpetuando um ciclo de exclusão social e econômica. A ausência de políticas públicas efetivas para reparar os danos causados pela escravidão e promover a igualdade racial contribuiu para a manutenção de um sistema educacional que, muitas vezes, reproduz estereótipos e invisibiliza a história e a cultura afro-brasileira.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco importante na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, ao reconhecer a igualdade de direitos e a dignidade da pessoa humana como fundamentos da República. No entanto, a garantia formal de igualdade não se traduziu automaticamente em igualdade material, e as desigualdades raciais persistiram em todas as áreas da vida social, incluindo a educação.

Diante desse cenário, a luta por uma educação antirracista ganhou força a partir da década de 1990, impulsionada por movimentos sociais negros, intelectuais, educadores e ativistas que denunciaram o racismo institucional e a necessidade de transformar o sistema educacional. A Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, foi uma importante conquista desse movimento, representando um passo fundamental para a valorização da identidade negra e o combate ao racismo no ambiente escolar.

No entanto, a implementação da Lei nº 10.639/2003 enfrenta desafios significativos, como a falta de formação adequada dos professores, a escassez de materiais didáticos que abordem a temática de forma crítica e a resistência de alguns setores da sociedade em reconhecer a importância da diversidade étnico-racial na educação. Além disso, a lei, por si só,

não é suficiente para garantir uma educação antirracista, sendo necessário um conjunto de ações e políticas que promovam a igualdade de oportunidades e combatam o racismo em todas as suas manifestações.

Nesse contexto, as ações afirmativas surgem como um instrumento importante para promover a igualdade racial no acesso à educação, visando a corrigir as desigualdades históricas e a garantir a representatividade da população negra nas instituições de ensino. As políticas de cotas raciais em universidades e concursos públicos, por exemplo, têm como objetivo ampliar o acesso de estudantes negros ao ensino superior e ao mercado de trabalho, promovendo a inclusão social e a diversidade.

As ações afirmativas têm sido objeto de debates acalorados no Brasil, com argumentos favoráveis e contrários à sua implementação. Os defensores das cotas raciais argumentam que elas são necessárias para reparar as injustiças históricas e promover a igualdade de oportunidades, enquanto os críticos alegam que elas são discriminatórias e podem gerar novas formas de desigualdade. No entanto, estudos têm demonstrado que as cotas raciais têm sido eficazes em ampliar o acesso de estudantes negros ao ensino superior, sem comprometer a qualidade do ensino ou gerar discriminação contra outros grupos.

Além das cotas raciais, outras ações afirmativas podem ser implementadas para promover uma educação antirracista, como a revisão dos currículos escolares para incluir a história e a cultura afro-brasileira, a formação de professores para lidar com a diversidade étnico-racial em sala de aula, o combate ao racismo e à discriminação no ambiente escolar e o apoio a projetos e iniciativas que valorizem a identidade negra.

Em suma, a luta por uma educação antirracista é um processo contínuo e complexo, que exige o engajamento de toda a sociedade. A garantia de acesso à educação por meio de ações afirmativas é um passo importante nessa direção, mas não é suficiente. É necessário um conjunto de políticas e ações que promovam a igualdade de oportunidades, combatam o racismo em todas as suas manifestações e valorizem a diversidade étnico-racial como um patrimônio da sociedade brasileira. Somente assim será possível construir um país mais justo, igualitário e democrático, onde todas as pessoas, independentemente de sua cor ou origem, tenham a oportunidade de desenvolver seu pleno potencial. (CARLOS G. S. SANTOS; JOSÉ V. J.SANTANA. 2022)

Na educação, essa desigualdade é evidente e o combate a ela é indispensável para qualquer mudança, de modo que sem uma educação efetivamente antirracista não é possível pensar em uma sociedade igualitária. Na sociedade brasileira, as diferenças sociais entre brancos e negros são nítidas no cotidiano. Além do aspecto econômico, no qual pessoas pretas

e pardas são maioria entre as que possuem rendimentos mais baixos, a persistência de situações de maior vulnerabilidade, indicada por evidências nos campos da educação, saúde, moradia, entre outros, mostra evidente desequilíbrio na garantia de direitos em prejuízo para a população negra. É possível também observar a sub-representação entre líderes de equipes nas empresas, juízes e políticos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição de temas e conteúdos prioritários na escola é um processo complexo e controverso. É fundamental que os conteúdos e atividades sejam inclusivos e respeitem a diversidade racial, de gênero e cultural presente nas escolas. No entanto, alguns conteúdos são considerados mais importantes e universais, ocupando mais espaço nos currículos. Esses conteúdos geralmente se referem a saberes produzidos no Ocidente ou na Europa. Além disso, há pressões para preparar os alunos para o mercado de trabalho, exames e concursos, bem como para melhorar o desempenho da escola em rankings educacionais nacionais e internacionais. A população brasileira possui raízes e identidades étnico-raciais plurais, o que torna complexo e desafiador o alcance de princípios de equidade e igualdade racial. Embora “o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” estejam assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao analisar o perfil cultural, social e econômico das pessoas negras, mais precisamente daquelas que portam Necessidades Educacionais Especiais, observa-se que o fenômeno da inclusão precisa livrar-se desse padrão básico agressivo que as descrevem a partir de referenciais marginais que os invisibilizam socialmente. O pensamento racial brasileiro é marcado por preconceitos e estereótipos que geram desigualdades sociais e raciais. Essas desigualdades são estruturantes e se manifestam em diversas formas, como violência, exclusão social, e acesso desigual a oportunidades.

REFERÊNCIAS

- ALEXIA S. FREITAS; GABRIELY L. GROSSI; EMERSON C. MELO. Educação inclusiva e relações étnico-raciais: uma análise interseccional afrocentrada. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, 27: e225428, 2022. <https://doi.org/10.24220/2318-0870v27e2022a5428>
- CARLOS G. S. SANTOS; JOSÉ V. J.SANTANA. das relações raciais à educação para as relações étnico-raciais no brasil: alguns apontamentos. *ertanias: revista de ciências humanas e sociais* 2022 | v. 3 | n. 2 | p. 1-19 .file:///C:/Users/Afonso/Downloads/12024-Texto do Artigo-35158-1-10-20230201(2).pdf
- CONSORTE, Josildeth Gomes. A questão do negro: velhos e novos desafios. *São Paulo em perspectiva*, 5(1), p.85-92, jan-mar, 1991.
- FABIANA C. LUZ. perfil racial docente e a educação para relações étnico-raciais. *ad. Pesqui.*, São Paulo, v.53, e10032, 2023, e-ISSN 1980-5314.
. <https://www.scielo.br/j/cp/a/qKWNWWKJS3RMnkmf4qznY7C/?format=pdf&lang=pt>
- MUNANGA, Kabengele *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus identidade negra*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro*: Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1978.